

EJA: BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E TENDÊNCIAS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS.

AUTOR: Daniella Cordeiro dos Santos de Santana

Período IX, Licenciatura Plena em Pedagogia. **Email:** Dani-riolima@hotmail.com

COAUTORA: Francisca Maria de Sousa Santos. Período IX, Licenciatura Plena em Pedagogia

COAUTORA: Silvana Maria Santos. Período IX, Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador (a) Prof.^a Ms. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Email: isabelorquiz@ufpi.edu.br

Resumo:

A partir de pesquisas bibliográficas e o interesse pelo tema em questão (EJA), o artigo trata do contexto histórico ou trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos e sobre as tendências de formação do educador de Jovens e Adultos, discutindo os momentos de desenvolvimento da modalidade de ensino em questão desde o período Colonial, Imperial, Republicano e a educação de Jovens e Adultos no Piauí e logo depois discutindo as tendências de formação do educador que desenvolve essa modalidade de Ensino. Constatamos na bibliografia consultada que a EJA sempre esteve relacionada aos interesses econômicos que determinam a vida das nações e das pessoas, notadamente a das camadas menos favorecidas da população.

Palavras-chave: EJA. Formação de Professores. História e Tendências

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância).

O interesse pelo tema em questão surgiu a partir do contato com a disciplina Didática da Educação, onde houve um embasamento e análises teóricas e aprofundamento sobre o tema em questão por isso ao longo desse artigo pretende fazer uma análise sobre a trajetória de jovens e adultos no Brasil no período Colonial, Imperial, Republicano, além da Educação de Jovens e Adultos no Piauí.

Este estudo tem por finalidade contribuir para uma reflexão do leitor, seja ele educador ou educando, que se mostre interessado pela temática em questão, pois os mesmos encontrarão aqui algumas respostas criteriosas que contribuirão de forma relevante para o estudo sistemático da análise sobre a trajetória histórica do EJA.

DESENVOLVIMENTO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil inicia-se bem antes do império, o ensino do EJA começa a se desenvolver no período colonial, momento em que os missionários religiosos exerciam uma ação educativa, com adultos, destinados aos brancos e indígenas, estudos estes que eram baseados no estudo clássico, nas primeiras noções da religião católica.

A educação do Período colonial estava, durante dois séculos, sendo desenvolvida em poder dos jesuítas que estenderam seus domínios por toda a colônia, fundando colégios nos quais era desenvolvida uma educação clássica, humanística e acadêmica. Neste período a educação era considerada tarefa da Igreja e não do Estado.

Moura (2004) comenta que,

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa (p.26).

No Brasil Colonial, as primeiras iniciativas de ensino realizadas estavam voltadas mais para adolescentes e adultos do que para crianças, devido a predominância na época do proselitismo religioso, ou seja, no período colonial a ideia dos missionários era catequizar e educar e acordo com as normas dos colonizadores portugueses, que necessitavam de mão de obra para a lavoura e atividades extrativistas. Os primeiros professores iniciaram o trabalho educativo com os índios e terminaram com os filhos dos proprietários de terras, preparando-os para assumir a ordem religiosa ou continuar os estudos nas universidades.

Moura (2003) cita que,

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (p.26)

Quando os jesuítas de Portugal e das colônias foram expulsos, em 1759 pelo marquês de Pombal, toda estrutura educacional passou por transformações, por exemplo: a uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram sendo substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas, neste momento o estado é quem vai pela primeira vez assumir os encargos da educação. A escola pública no Brasil iniciou-se com pombal, os adultos que pertenciam às classes menos abastadas que tinham interesse em estudar não encontravam espaço na reforma de pombal. Isso porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivava atender com prioridade o ensino superior.

Refletindo a EJA no período colonial, Moura (2003) esclarece que:

“com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombaliana, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior”. (p.27)

A história da educação brasileira passou por diversos períodos. Durante essa trajetória, várias mudanças e reformas na educação foram dando a escola um perfil de acordo com a época.

Se analisarmos esta história a fundo, podemos notar que a influência da igreja católica foi positiva. E ainda assim, a Igreja desenvolvia outros projetos educacionais.

Para a Igreja, a educação moral do povo brasileiro deveria ser de sua exclusiva competência. Tratava-se, para os católicos, de um esforço político, patriota uma vez que colaborado para a pureza dos costumes, estaria formando homens úteis e consistentes com os conhecimentos necessários aos bons cidadãos (SHIRONA, 1998).

No Império, com a chegada da família real no Brasil, a educação volta-se para a criação de cursos superiores, afim de atender aos interesses da elite monárquica, dando um pontapé à construção de fatores determinantes que impulsionou a “Independência” política do país. Neste período, pouco foi feito oficialmente pelos jovens e adultos.

Refletindo a EJA no período Imperial, Moura (2003) esclarece que,

A preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia, por outro lado não havia interesse, por parte da elite na expansão da escolarização básica para o conjunto da população tendo em vista que a economia tinha como referencial o modelo de produção agrário (p.27)

Quando a família real chega ao Brasil ele deixa sua condição de colonial e passa a condição de sede provisória da monarquia e como uma nação precisava de leis para regulamentar sua autonomia política e depois de inúmeras divergências entre o imperador e o parlamentar em 1827 é outorgada a constituição imperial que assegurava em seu texto a liberdade e a segurança individual sendo que isso não era possível em um país de escravos.

Essas ideias encontravam respaldo nos seguintes artigos transcritos por Moura (2003)

Art.179-A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros que tem por base a liberdade à segurança individual e a propriedade é garantida pela constituição do império entre outras maneiras pela instituição primária e gratuita a todos os cidadãos.

Art.250-haverá no império escolas primária em cada termo, ginásio em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais. (p28)

O que se estabeleceu na lei não se mostrou na prática, isso porque não havia escolas para todos que a procurassem, não ser livre como homem se constituía como barreira que impedia qualquer possibilidade de se pensar em educação.

Podemos ver isso com as palavras de moura que diz: "O que foi proposto na lei não se concretizou na prática mesmo porque não havia escolas para

todos que a procurassem o império concentrava os privilégios na nobreza e o tráfico de negros utilizados como mão de obra escrava, era uma razão suficiente para o texto constitucional. (p29)

No Período Republicano o quadro educacional não sofreu mudanças significativas, o modelo de educação continuou privilegiando a elite dominante, continuando grande o número do percentual da população adulta analfabeta.

Segundo Moura (2003),

Com a proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas. O modelo educacional continua privilegiando as classes dominantes (p.31).

A educação no Piauí: antecedentes históricos, o processo de iniciativa de educação no Piauí surgiu somente em 1733, quando, por iniciativa dos jesuítas, conseguiram fazer funcionar uma instituição de ensino que iria ter por denominação “Externato Hospício da Companhia de Jesus”, mas que não obteve êxito. Podemos ratificar isso nas palavras de Moura (2003) que diz:

Em 1733, quando por meio de um “Alvará de Licença” os jesuítas conseguiram autorização para fazer funcionar uma instituição de ensino que seria denominada “Externato Hospício da Companhia de Jesus”, após 184 anos do descobrimento do Brasil (p.67).

Em 1845 se constituiu o início da história da educação pública do Piauí ao assumirem a presidência da província o então Zacarias de Góes e Vasconcelos assume o papel de analisar o caótico quadro educacional estabelecendo soluções para a resolução dos seus problemas. Aprovaram a lei que tinha por número 198 as redes escolares pela primeira vez é normatizada, analisando os documentos e traves de pesquisas não é notório indicações da existência no período colonial e imperial de preocupação com a educação de jovens e adultos.

Moura (2003) ratifica dizendo:

O ano de 1845 se constitui um marco fundamental da história da educação pública do Piauí Zacarias de Góes e Vasconcelos assem a presidência da província e uma das primeiras providências tomadas foi analisar o caótico quadro educacional propondo soluções para a resolução dos seus

problemas. A aprova a lei provincial número 198 e a rede escolar pela primeira vez é normatizada ganhado estrutura organizacional lembrando, ainda que nos documentos pesquisados, não encontramos indicações da existência no período colonial e imperial de preocupação com a educação de jovens e adultos.(p.68,69)

Refletindo a organização do ensino no Piauí Moura esclarece que:

Somente a partir de 1910, o ensino é organizado oficialmente no Piauí, constituindo gradativamente estruturas de um sistema. Esse período estende-se até 1961 e compreende cinco grandes reformas das quais destacamos a reforma de 1910e a de 1947, decretos lei número 1306/1946 e 1402/194, nas quais encontramos referências sobre a educação destinadas aos jovens e adultos.dessa forma a educação de adultos tem início no estado reforçando as desigualdades sócias.aos filhos das famílias abastadas era reervado um ensino denominado literário(p69)

Analisando programas, cursos e programas relacionados à educação de jovens e adultos, Moura (2003) esclarece:

“A educação de jovens e adultos constitui um tema que se tem ampliado incentivando debates e discussões em novos espaços apontando a necessidade de expandir as fronteiras de democratização do ensino na sociedade brasileira e em especial na sociedade piauiense dada a procura gradativa por esse tipo de educação”. (p72).

O objetivo da vinda dos jesuítas para o Piauí deu-se com o intuito de administrar as fazendas, com essa atenção voltada para a administração das fazendas envolve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço para as atividades cultuais e educacionais, nas quais tiveram grande desenvoltura em outras regiões da colônia. Podemos ver isso nas palavras de Brito (1996, p.13) que diz:

A vinda dos jesuítas para este Estado deu-se com o objetivo de administrar as fazendas deixadas como legado por

Domingos Afonso Mafrense, após sua morte. O trabalho com “a administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço para as atividades culturais e educativas nas quais foram atuantes em outras regiões da colônia”.

A educação de jovens e adultos no Piauí é uma temática que se tem desenvolvido e incentivado debates e discussões, sendo notória a necessidade de expandir as fronteiras de democratização do ensino na sociedade piauiense. Podemos ver isso com as palavras de Moura (2003) que diz:

O EJA constitui um tema que se tem ampliado, incentivando debates e discussões em novos espaços, apontando a necessidade de expandir as fronteiras de democratização do Ensino na sociedade brasileira em especial na sociedade piauiense (p.72)

Educação de jovens e adultos, o Educador de jovens e adultos: tendências de formação

Refletindo o termo o educador de jovens e adultos: tendências de formação, Moura (2011) esclarece:

As reflexões aqui apresentadas privilegiam três dimensões que consideramos relevantes discutir para explicitação da forma do educador como um processo político, social e cultural que ultrapassa o fazer pedagógico, a primeira diz respeito à localização da formação do educação de EJA, no contexto da Educação Brasileira, a segunda volta-se para as tendências de formação que explicam os processos educativos e embasam as práticas educacionais e a terceira dimensão reflete a educação que queremos, na perspectiva de superação das contradições sobre o aluno que se deseja formar e que professor querem ser.

Refletindo o processo do educador de jovens e adultos, Moura (2003) nos mostra em suas palavras que:

“para se ter uma ideia, até 1835, quando foi criada a primeira escola do rio de janeiro não existia preocupação com a formação de professores. Fato que contribuía com o quadro educacional que se apresentava no momento”. (p29).

Uma visão sobre o Educador de Pessoas Jovens e Adultas

De acordo com as mudanças ocorridas no cenário escolar, percebe-se que ao longo dos anos as mudanças que aconteceram no processo de formação do educador foram poucas e ínfimas diante da necessidade que se tem de um profissional devidamente qualificado. Pois, hoje são inúmeras as exigências no que diz respeito à formação e atuação deste profissional.

Conforme, a atual conjuntura social, o professor que trabalha no contexto da EJA, precisa conhecer a realidade destes educandos desde o seu processo de formação inicial. Isso significa que o professor que atua na modalidade de ensino Educação de Jovens necessita de um preparo adequado, ou seja, para este profissional deve ser orientado a adotar uma metodologia de ensino própria para a realidade de seu alunado. Os livros didáticos devem contemplar a realidade local e não o cenário de outras comunidades e grupos sociais. O processo ensino aprendizagem precisa prever instrumentos de avaliação que valorize todo o conhecimento que o aluno possui, ou seja, os conhecimentos, saberes e competências advindas das mais variadas experiências de vida.

Segundo Moura (2011) a educação de pessoas jovens e adultas acontecia aos moldes da catequização;

A Educação básica de pessoas jovens e adultos no Brasil teve início no Brasil Colônia pela ação dos jesuítas apoiada pela sociedade civil e pela política, os jesuítas começaram suas atividades docentes em solo brasileiro alfabetizando adolescentes e adultos mais do que crianças sob forte influência do proselitismo religioso. O professor jesuíta recebia uma formação sólida com dupla função, catequizar e educar, resultantes de catorze anos de estudos, dentre os quais dois dedicados aos cuidados da sua própria alma, exercitando as virtudes cristãs e renunciando a si mesmo.

Porém, o que se percebe é que o processo de formação escolarizada não pode estar vinculado a instituições religiosas e políticas no sentido de doutrinação. Pois, estes alunos desejam e necessitam de libertação de dogmas, doutrinas que até então lhes aprisionaram durante muito tempo.

O processo de escolarização deve possibilitar a desalienação destes sujeitos que clamam por sua valorização enquanto produtores de conhecimento.

Portanto, o educador que atua em turmas de jovens e adultos precisa além de boa formação acadêmica ser alguém comprometido com a realidade de seus alunos; alguém politizado que esteja engajado com as mudanças sociais e políticas.

Formação do Professor: tendências atuais

A preocupação com a formação do professor de jovens e adultos só se manifesta oficialmente como advento da Lei 5.692/71, no artigo 32, que diz: “O pessoal docente do ensino supletivo terá preparo adequado as características especiais desse tipo de ensino, de acordo com as normas estabelecidas pelos conselhos de educação”.

Segundo Moura (2011),

As exigências da formação do professor para o exercício do magistério na educação Básica estão definidos nos artigos 13, 61, 62 e 67 da nova LDB e nos pareceres e resoluções do CNE/CEB que fazendo valer o que determina o artigo 90 da Lei, estabelecem normas orientadas nessa área.

Segundo Moura, em seu artigo sobre as tendências de formação do educador de Jovens e Adultos, o Artigo 13 diz: “Estão definidas as obrigações dos professores reconhecendo a importância de sua contribuição em um esforço coletivo, na elaboração de propostas, com foco na aprendizagem do aluno e nas necessidades educacionais da população”.

O Artigo 61 retoma, no que se refere à formação de professores, o artigo nº 1 da LDB, Moura ratifica isso assim: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Conforme Moura (2011), o Artigo 62 determina: “que a formação aceitável para o exercício da docência na educação básica deverá efetuar-se em nível superior com graduação plena, eliminando, portanto os cursos de licenciaturas curtas até então existentes”.

Segundo Moura (2011), o Artigo 67 trata da política de valorização do magistério, que vai além da formação inicial e continuada, na medida em que inclui

condições de trabalho, plano de carreira e salários condizentes com a importância social da profissão docente.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a modalidade de Ensino EJA passou por uma longa história de evolução, que perpassa desde o período colonial, momento em que os jesuítas exerciam a ação educativa, no Império com a chegada da família real ao Brasil, aqui neste período o interesse relacionado à educação volta-se a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia. Na República, o quadro educacional não sofreu mudanças notórias, o modelo de educação continuou privilegiando a elite.

A educação no Piauí também passou em um momento histórico sendo desenvolvido através da iniciativa dos jesuítas em meados dos anos 1733. Já com o foco voltado para a educação de jovens e adultos nos dias atuais, essa modalidade de Ensino é uma temática que se tem desenvolvido e iniciado debates e discussões relacionando e incentivando a expansão do EJA.

No que tange a tendências de formação do Educador de jovens e adultos, as reflexões aqui apresentadas privilegiam três dimensões que consideramos relevantes: a primeira diz respeito a localização da formação do educador de EJA; a segunda volta-se para as tendências de formação; e a última dimensão reflete a Educação que queremos na perspectiva de superação das contradições sobre o aluno que se deseja formar e que professor querem ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei n.5692**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRITO, I. S. **História da educação no Piauí**. 1. Ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/** Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

_____, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e adulto-módulo 1**. Teresina: UFPI-EAD, 2011.

SHIRONA, Envida Oto, et al. Reformas de ensino. IN: SAVIANNI, Dermeval (org.)